

**QUESTÕES – MAGISTRATURA – CESPE –
ASSUNTOS POR ORDEM DE INCIDENCIA**

- 1. Ato administrativo**
- 2. Intervenção na Propriedade Privada**
- 3. Responsabilidade Civil**
- 4. Licitações**
- 5. Bens Públicos**
- 6. Organização da Administração Pública**
- 7. Processo Administrativo**
- 8. Agentes Públicos**
- 9. Contratos Administrativos**
- 10. Serviços Públicos**
- 11. Regime Jurídico**
- 12. Improbidade Administrativa**
- 13. Poderes da Administração Pública**
- 14. Controle da Administração Pública**
- 15. Lei de Responsabilidade Fiscal (das provas analisadas apenas uma questão, dentro do conteúdo de Direito Administrativo)**

ATO ADMINISTRATIVO

1.(TJAC – CESPE – 2007) Considerando a situação hipotética abordada no texto, assinale a opção correta acerca do ato administrativo.

A Se restar demonstrado, no processo judicial, que o ato de improbidade em tela não existiu, o ato administrativo de demissão deve ser revogado, por força da aplicação da teoria dos motivos determinantes.

B Como a autoridade administrativa pode aplicar as penalidades previstas na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade

administrativa, a sentença judicial, conforme jurisprudência do STF, deve julgar improcedente o pedido de nulidade do ato por vício de competência.

C O ato de demissão é classificado como administrativo complexo, uma vez que demanda da vontade de dois órgãos distintos: da comissão de processo administrativo disciplinar e da autoridade administrativa competente para aplicar a punição.

D A ação judicial em tela deve ser proposta no prazo máximo de 5 anos, a contar da publicação do ato, sob pena de prescrição, por força do decreto n.º 20.910/1932.

GABARITO: LETRA D

2.(TJES. CESPE. 2011) Assinale a opção correta com referência à disciplina dos atos administrativos.

A No que se refere à exequibilidade, define-se ato administrativo pendente como o que não está apto a produzir efeitos jurídicos, por não ter completado seu ciclo de formação, tal como ocorre quando lhe falta a devida publicação, na hipótese de ser esta exigida por lei.

B De acordo com a doutrina, embora o impedimento constitua hipótese de incapacidade do sujeito para a prática do ato administrativo, a atuação dele no processo administrativo configura vício passível de convalidação.

C Segundo a doutrina, o ato administrativo consumado pode ser objeto de plena impugnação na via administrativa e judicial, apesar de já exauridos os seus efeitos.

D No que diz respeito aos efeitos dos atos administrativos, a homologação configura ato constitutivo por meio do qual a administração cria, modifica ou extingue direito ou situação do administrado.

E A autoexecutoriedade constitui atributo presente em todos os atos administrativos.

GABARITO: LETRA B

3.(TJPB – CESPE – 2011) Com relação ao ato administrativo, assinale a opção correta.

A O motivo do ato administrativo vinculado confunde-se com a motivação, razão pela qual a ausência de qualquer deles, por si só, não vicia o ato.

B Há tendência na doutrina e na jurisprudência administrativa no sentido de que a presunção de legitimidade como atributo do ato administrativo deve ser considerada como prerrogativa indevida em favor da administração pública.

C De acordo com a jurisprudência majoritária dos tribunais superiores, a aposentadoria de servidor público é ato administrativo composto, que somente se perfaz com o exame realizado pelo respectivo tribunal de contas.

D Os princípios da solenidade e do excesso de formalismo incidem tanto sobre o meio de exteriorização do ato administrativo (forma) quanto sobre o de comprovação do ato (prova).

E Conforme decisão do STF, a invalidação do ato administrativo não terá necessariamente efeitos retroativos quando incidente sobre ato ampliativo de direitos, caso seja comprovada a boa-fé do administrado beneficiado pela ilegalidade insanável.

GABARITO: LETRA E

4.(TJPB – CESPE – 2011) Acerca do controle jurisdicional de legalidade dos atos administrativos, assinale a opção correta.

A A evolução no controle judicial dos atos administrativos permite, atualmente, que o magistrado substitua o administrador e reavalie o mérito do ato administrativo, com a finalidade de alterar a conveniência e oportunidade manifestadas pela administração na realização do referido ato.

B A doutrina majoritária entende não ser possível o controle judicial das omissões administrativas ilícitas, em razão da discricionariedade conferida ao administrador para decidir o momento de agir.

C O STF decidiu pela legitimidade do controle judicial de ato parlamentar (político), na hipótese de ofensa a direito público subjetivo previsto na CF, razão pela qual tal controle não se caracterizaria como interferência na esfera de outro poder.

D É ilegítima a verificação, pelo Poder Judiciário, da regularidade do ato discricionário no que se refere às suas causas, motivos e finalidades.

E O STJ firmou jurisprudência no sentido de que o exame dos atos da banca examinadora e das normas do edital de concurso público pelo Poder Judiciário não se restringe aos princípios da legalidade e da vinculação ao edital.

LETRA C

5.(TJPI – CESPE – 2007) Maria teve o seu pedido de aposentadoria no serviço público federal acatado pelo seu órgão de origem, com base em parecer jurídico. No entanto, o TCU, no exercício da sua competência de apreciar tal ato, para fins de registro, entendeu pela sua ilegalidade. Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir, relativos a atos administrativos, processo administrativo e precedentes do STF.

I O ato de concessão de aposentadoria é composto, uma vez que o TCU apenas aprecia a legalidade ou não do ato.

II Na situação considerada, conforme a Lei n.º 9.784/1999, o prazo decadencial para que o TCU anule o ato de concessão da aposentadoria é de 5 anos, já que houve boa-fé de Maria e o ato questionado lhe foi favorável.

III Na hipótese em questão, o TCU não poderia anular o referido ato sem proporcionar a Maria o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório.

IV As decisões do TCU são vinculantes para a Administração Pública.

A quantidade de itens certos é igual a

A 0.

B 1.

C 2.

D 3.

E 4.

GABARITO: LETRA A

6.(TJPI.CESPE.2012(05.02) Com relação ao ato administrativo, assinale a opção correta.

A Considerando a relação entre a validade e a eficácia do ato administrativo, é correto afirmar que um ato pode ser válido e eficaz ou, ainda, inválido e ineficaz, mas não inválido e eficaz, pois não é possível considerar que, tendo sido editado em desconformidade com a lei, um ato esteja apto a produzir efeitos.

B O ato de convalidação, pelo qual é suprido vício existente em ato ilegal, opera efeitos ex tunc, retroagindo em seus efeitos ao momento em que foi praticado o ato originário.

C Atos compostos são aqueles cuja vontade final exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos e apresenta conteúdo próprio em cada uma das manifestações.

D A autorização para exploração de jazida é exemplo de ato declaratório, já que expressa aquiescência da administração para o particular desenvolver determinada atividade.

E Os atos administrativos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses devem ser motivados, assim como os que importem anulação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, não sendo essencial a motivação para os atos que os revoguem, pois a revogação ocorre por motivo de conveniência e oportunidade da administração.

GABARITO: LETRA B

7.(TJSE – CESPE – 2008) Caso o presidente da República nomeie ministro do STF sem a aprovação do Senado Federal, o ato administrativo pertinente será considerado

A válido, desde que convalidado pelo STF.

B válido, mas imperfeito.

C lícito, ineficaz, mas perfeito.

D inexistente e ilegal.

E existente, mas inválido.

GABARITO: LETRA E

8.(TJTO.CESPE.2007) Acerca do controle judicial dos atos administrativos, assinale a opção correta.

A Conforme entendimento do STJ, contra decisão originária do ministro de Estado que aplicou a penalidade de demissão de servidor público federal, com delegação do presidente da República, não cabe recurso hierárquico.

B Conforme entendimento do STJ, diante da ausência de previsão de prazo prescricional para propositura da ação civil pública, não se aplica, por analogia, o prazo prescricional de 5 anos previsto para a ação popular.

C O Poder Judiciário se limita a examinar apenas os aspectos extrínsecos do ato administrativo.

D O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública para deduzir pretensão alusiva a benefício fiscal concedido por meio de portaria com violação à lei de regência.

GABARITO: LETRA D

9.(TJBA – CESPE – 2005) No que se refere aos atos administrativos, julgue os próximos itens.

Fatos jurídicos, mesmo que independam da vontade e de qualquer participação dos agentes públicos, podem ser relevantes para o direito administrativo.

GABARITO: CERTA

10.(TJBA – CESPE – 2005) A rigor, os atributos da presunção de validade (ou legitimidade) e da presunção de veracidade dos atos administrativos não significam exatamente a mesma coisa. A primeira indica a conformidade do ato com o ordenamento jurídico, ao passo que a segunda representa a adequação do ato à realidade dos fatos. A depender das circunstâncias, o segundo atributo pode subsistir, mas ser afastado o primeiro, por defeitos do ato administrativo.

GABARITO: CERTA

11.(TJBA – CESPE – 2005) Sempre que a administração pública se deparar com a prática de ato administrativo nulo, deverá invalidá-lo e repor a situação no *statu quo ante*, independentemente de provocação da parte interessada, devido a seu poder de autotutela. Essa atitude é decorrência do princípio da legalidade, pois a doutrina não admite que o poder público aceite a persistência dos efeitos de atos praticados em desconformidade com o direito.

GABARITO:ERRADA

INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA

1.(TJAC – CESPE – 2007) Assinale a opção correta acerca da intervenção do Estado na propriedade.

A Um município pode desapropriar um imóvel rural, por utilidade pública, para implantação de colônias ou cooperativas de povoamento ou trabalho agrícola, mediante o pagamento de prévia e justa indenização em dinheiro, sem afetar a competência privativa da União para desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

B O juiz de direito, quando investido das funções de juiz eleitoral, pode solicitar o uso de estabelecimento de ensino privado para realização das eleições. Nessa hipótese, se não houver a concordância do proprietário, é lícito que o juiz, como autoridade administrativa eleitoral, determine a requisição do referido imóvel para realizar as eleições, sem nenhuma indenização em favor do proprietário.

C Na desapropriação, para instituir-se servidão administrativa, não são devidos juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.

D O tombamento, como instrumento de defesa do patrimônio histórico e artístico, é de competência privativa da União, por intermédio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

GABARITO: LETRA A

2.(TJAL.CESPE.2008) De acordo com a Lei n.º 8.080/1990, para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços,

tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização. O instituto previsto nesse dispositivo legal refere-se a

- A requisição administrativa.
- B ocupação temporária.
- C servidão administrativa.
- D limitação administrativa.
- E desapropriação.

GABARITO: LETRA A

3.(TJAL.CESPE.2008) Acerca da desapropriação, assinale a opção correta.

A A desapropriação de um bem destina-se, em todos os casos, a retirá-lo da esfera particular e incluí-lo no patrimônio do Estado.

B O Estado pode desapropriar as zonas que se valorizem extraordinariamente em consequência de obra ou serviço público feitos na área.

C O procedimento da desapropriação envolve duas fases: a executória, realizada pelo Poder Executivo, e a judicial, realizada pelo Poder Judiciário.

D Tresdestinação é a obrigação que tem o expropriante de oferecer ao expropriado o bem, sempre que a este for dada destinação diversa da indicada no ato expropriatório.

E A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser feita mediante pagamento de indenização justa, prévia e em dinheiro.

GABARITO: LETRA B

4.(TJPI – CESPE – 2007) No que tange à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

A Conforme entendimento do STJ, a imissão provisória na posse não representa a transferência de domínio. Dessa forma, o IPTU continua a ser devido pelo proprietário.

B O decreto de desapropriação por interesse social caduca no prazo de 5 anos.

C O tombamento não incide sobre bens móveis.

D A concessão de uso para fins de moradia, que decorre do poder discricionário da Administração Pública, tem natureza jurídica de contrato administrativo.

E O direito de preempção municipal tem natureza jurídica de limitação administrativa.

GABARITO: LETRA E

5.(TJSE – CESPE – 2008) Assinale a opção correta com referência à desapropriação.

A A desapropriação, por interesse social, de imóvel rural que não cumpra sua função social importa prévia e justa indenização da área e das benfeitorias úteis com títulos da dívida agrária.

B Os valores de custas e emolumentos devem ser pagos pelo expropriante porque a imunidade tributária somente alcança os impostos.

C A pequena propriedade rural não pode ser objeto de desapropriação para fim de reforma agrária.

D A valorização extraordinária de terras pela conclusão de obra pública, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas, caracteriza interesse social para decretação de desapropriação.

E Os bens desapropriados por interesse social passam a integrar o patrimônio do expropriante, que não poderá aliená-lo no prazo de 10 anos, mas poderá alugá-lo por até 1%, por mês, do valor pago na indenização.

GABARITO: LETRA D

6.(TJSE – CESPE – 2008) Assinale a opção correta a respeito da desapropriação.

A Apenas a União pode desapropriar imóvel rural.

B Bens públicos não podem ser desapropriados.

C O registro da desapropriação independe da verificação de que o imóvel pertence à pessoa que figure no processo expropriatório como proprietário.

D Na sua feição indireta, aceita no ordenamento jurídico brasileiro, o Estado é livre de indenizar o particular.

E A desapropriação deve ser precedida de indenização em dinheiro, à exceção da destinada à reforma agrária.

GABARITO: LETRA C

7. (TJTO.CESPE.2007) A companhia de energia elétrica de determinado estado da Federação, empresa pública exploradora de atividade econômica, pretende instalar o serviço de energia elétrica em determinada comunidade rural. Para isso, será necessário instalar a rede em diversas propriedades rurais. Com base nessas informações, assinale a opção correta acerca da intervenção do Estado no domínio econômico.

A Ao contrário do que ocorre na desapropriação, o Poder Executivo do estado tem, nesse caso, direito de optar pela limitação administrativa.

B A companhia em tela tem prerrogativa para declarar as áreas das referidas propriedades privadas que serão utilizadas na edificação da rede de energia elétrica como de utilidade pública, para depois promover a respectiva desapropriação.

C A declaração de utilidade pública na espécie é da competência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

D O ato administrativo de desapropriação pode ser conceituado como ato genérico.

GABARITO: LETRA C

8.(TJBA – CESPE – 2005) A servidão tem a natureza de direito real sobre coisa alheia (*jus in re aliena*) e, na servidão de direito público, ela está necessariamente associada ao emprego da coisa serviente na prestação de serviço público.

GABARITO: ERRADA

9.(TJBA – CESPE – 2005) De acordo com a doutrina, a chamada ocupação provisória (ou temporária), no direito brasileiro, equivale à desapropriação indireta, porquanto se dá sem procedimento administrativo prévio e implica limitações à propriedade que precisam ser indenizadas pelo poder público.

GABARITO: ERRADA

10.(TJBA – CESPE – 2005) Para a desapropriação de bem público, deve-se observar, por um lado, a regra segundo a qual apenas as pessoas políticas de maior extensão podem expropriar os bens das de menor extensão (de onde se conclui que os bens federais são sempre imunes a desapropriação) e, por outro, a necessidade de haver autorização legislativa expedida pelo ente expropriante.

GABARITO: CERTA

11.(TJBA – CESPE – 2005) A fim de permitir a conclusão dos atos necessários a consumir-se a desapropriação, a lei autoriza que, uma vez decretada a utilidade pública de um bem para que seja expropriado, o poder público requeira imissão provisória na posse, de modo a poder penetrar no imóvel.

GABARITO: ERRADA

RESPONSABILIDADE CIVIL

1. **(TJAC – CESPE – 2007)** A empresa pública municipal Metrô, concessionária de serviço público, contratou, após processo de licitação, um consórcio de construtoras, com o objetivo de construir duas linhas por onde deverão passar os trens do metrô. Porém, durante a execução da obra, uma das estações que estava em construção desabou, gerando diversos prejuízos econômicos aos proprietários de veículos e casas vizinhas. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do domínio público, da responsabilidade civil do Estado e dos contratos administrativos.

A A responsabilidade extracontratual da concessionária do serviço público Metrô pelos danos causados aos particulares em face do desabamento é objetiva, por força de dispositivo constitucional.

B Na hipótese em questão, uma eventual ação de responsabilidade civil extracontratual deve ser proposta contra o município, já que este tem responsabilidade objetiva e subsidiária pelo dano causado, em face da ausência ou da falha na fiscalização da obra.

C Se a empresa pública Metrô, pessoa jurídica de direito privado, for condenada a pagar pelos prejuízos, é lícito que seus bens sejam imediatamente penhorados, visto que os mesmos são privados e não públicos.

D Ao contrário do que ocorre em relação aos contratos de concessão de serviço público, não há previsão expressa na Lei n.º 8.666/1993 de que um eventual litígio entre a empresa Metrô e as empresas de construção civil contratadas poderá ser dirimido por meio do instituto da arbitragem.

GABARITO: LETRA D

2.(TJES. CESPE. 2011) Assinale a opção correta no que se refere à responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos.

A A condenação do Estado ao pagamento de indenização em face da ocorrência de erro judiciário implica, segundo a doutrina, automática mudança da decisão judicial.

B De acordo com o STF, o Estado tem o dever de indenizar o dano moral sofrido pelo servidor público em decorrência da inércia do chefe do Poder Executivo em iniciar o processo legislativo destinado à revisão geral anual dos vencimentos.

C Segundo a jurisprudência, as concessionárias e permissionárias de serviço público respondem objetivamente pelos danos causados a

terceiros, ainda que estes não sejam decorrentes da prestação do serviço.

D A edição de lei, ainda que de efeitos concretos, não enseja a responsabilização do Estado por prejuízos que venham a ser causados ao administrado.

E O STF reconhece a responsabilidade do Estado por danos causados em razão da falta de policiamento ostensivo em locais de alta periculosidade.

GABARITO: LETRA E

3.(TJPB – CESPE – 2011) Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

A Em face da prolação de sentença penal com equívoco do juiz, o ordenamento jurídico não permite a reparação dos eventuais prejuízos em ação contra o Estado, mas tão somente contra o próprio magistrado.

B A teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado deve ser aplicada de modo absoluto, não sendo admitida hipótese de exclusão nem de abrandamento.

C Mediante expressa determinação legal, o Estado poderá responder civilmente por danos causados a terceiros, ainda que sua atuação tenha ocorrido de modo regular e conforme com o direito.

D Segundo o STF, os atos jurisdicionais típicos no âmbito cível ensejam a responsabilidade objetiva do Estado.

E Na hipótese de conduta omissiva do Estado, incide a responsabilidade objetiva, bastando a comprovação do nexo causal entre a omissão e o prejuízo causado ao particular.

GABARITO: LETRA C

4.(TJPI – CESPE – 2007) Júlio, motorista de uma empresa pública estadual exploradora de atividade econômica no ramo de energia elétrica, conduzia caminhão da empresa que transportava combustível para o abastecimento de outros veículos. Devido à má sinalização e ao estado da rodovia federal na qual trafegava, o pneu dianteiro esquerdo do caminhão estourou após impacto em buraco causado por fortes chuvas do mês de janeiro de 2002 e existente no local, conforme prova testemunhal, havia aproximadamente 30 dias. Sem conseguir conduzir o referido veículo, que trafegava dentro dos limites legais de velocidade, acabou por capotá-lo, causando grande derramamento do óleo diesel transportado. O óleo derramado contaminou um reservatório de água potável que abastecia o

município Z, acarretando morte por intoxicação da pequena Cíntia, de 4 anos de idade, que havia ingerido água do reservatório. A família de Cíntia, então, ingressou com ação de danos materiais e morais contra a referida empresa pública, com fundamento na responsabilidade objetiva prevista no texto constitucional. Considerando a situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta acerca da responsabilidade objetiva do Estado.

A A empresa pública para a qual Júlio trabalha não responde por danos morais e materiais de forma objetiva.

B A ação poderá ser proposta contra a referida empresa pública em até cinco anos, contados a partir da data do fato, conforme preceitua a Lei n.º 9.494/1997.

C A responsabilidade objetiva pela morte de Cíntia, de acordo com a teoria da causa direta ou imediata e com os precedentes do STF, seria da União, pois a ela competia sinalizar e manter as rodovias federais.

D Conforme a jurisprudência predominante do STJ, a empresa pública deverá, de forma obrigatória, denunciar à lide a União, o município e(ou) a empresa que fabricou o pneu, se pretender, no futuro, propor uma eventual ação regressiva.

E Pela teoria do risco integral, caberia à empresa argüir uma das causas excludentes da sua responsabilidade, como o caso fortuito, a força maior ou a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

GABARITO: LETRA A

5.(TJSE – CESPE – 2008) Em relação à responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a opção correta.

A A CF prevê a responsabilidade objetiva da administração pública tanto na prática de atos omissivos como na realização de atos comissivos.

B O STF entende não haver responsabilização civil do Estado por ato omissivo quando um preso, foragido há vários meses, pratica crime doloso contra a vida, por não haver nexo de causalidade direto e imediato.

C As concessionárias de serviço público, em razão de serem pessoas jurídicas de direito privado, não respondem objetivamente pelos atos que praticarem, tendo apenas responsabilização na modalidade subjetiva.

D A administração não responde civilmente por ato que houver praticado em estrita observância ao princípio da legalidade.

E Nos atos de império, o direito brasileiro adota a teoria da irresponsabilidade civil do Estado.

GABARITO: LETRA B

6.(TJTO.CESPE.2007) Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

A Conforme entendimento do STJ, a denúncia à lide do servidor causador do dano é obrigatória nas ações fundadas na responsabilidade objetiva do Estado.

B São excludentes da responsabilidade civil do Estado a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, caso fortuito ou força maior.

C A ação de responsabilidade civil objetiva por ato cometido por servidor público pode ser legitimamente proposta contra o Estado ou contra este e o respectivo servidor, em litisconsórcio passivo.

D Segundo entendimento do STF, ao desempenho inconstitucional da função de legislador é aplicável a responsabilidade civil do Estado.

GABARITO: LETRA D

7.(TJBA – CESPE – 2005) A responsabilidade civil do Estado por ato omissivo prescinde de demonstrar-se a relação de causalidade entre a omissão e a lesão a direito da vítima, porquanto bastará comprovar o dever estatal de agir e o dolo ou culpa do agente público.

GABARITO: ERRADA

8.(TJBA – CESPE – 2005) De acordo com a Constituição da República, os atos dos agentes públicos geram responsabilidade objetiva para o Estado e não para a pessoa deles próprios, a não ser na hipótese de o poder público comprovar a ocorrência de dolo ou culpa, em ação regressiva. Essa imputação dos atos do agente público ao Estado representa a concretização do princípio da impessoalidade, consoante uma de suas concepções teóricas.

GABARITO: CERTA

LICITAÇÕES

1.(TJAC – CESPE – 2007) Acerca de licitações, assinale a opção correta.

A A venda de bens públicos móveis se subordina aos seguintes requisitos: interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação.

B Para o desempenho das atividades previstas no contrato de gestão, as organizações sociais que não integram a administração pública podem ser contratadas com dispensa de licitação.

C A lei geral de licitações proíbe a venda direta de bens públicos imóveis a particulares, ainda que no âmbito de programas habitacionais de interesse social.

D A modalidade de licitação do pregão se aplica às hipóteses de compra de quaisquer bens ou serviços, em todas as esferas da federação.

GABARITO: LETRA B

2.(TJAL.CESPE.2008) Licitação entre interessados prévia e devidamente cadastrados ou interessados que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, enquadra-se na modalidade de

A tomada de preços.

B convite.

C concorrência.

D pregão.

E concurso.

GABARITO: LETRA A

3.(TJES. CESPE. 2011) Com relação ao instituto da licitação, assinale a opção correta.

A No concurso, modalidade de licitação, o julgamento deve ser feito por comissão especial, composta necessariamente por servidores qualificados, pertencentes ao quadro permanente do órgão responsável pela licitação, de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria.

B É inexigível licitação na celebração de contrato de programa com ente da Federação para a prestação de serviços públicos de forma associada, nos termos do que for autorizado em contrato de consórcio público.

C Mesmo após a adjudicação válida, a administração pública pode revogar ou anular o procedimento licitatório, ou, mesmo, contratar com outrem.

D Segundo a jurisprudência majoritária, a dispensa ou inexigibilidade de licitação fora das hipóteses legais configura delito de mera conduta, para cuja consumação não se exige a demonstração de efetivo prejuízo para a administração pública.

E Se a administração pública realizar contratação direta com determinada empresa com base em inexigibilidade de licitação e, posteriormente, constatar a ocorrência de vício no procedimento, o vínculo contratual não poderá ser desconstituído, pois, segundo a jurisprudência, o vício de procedimento não autoriza o desfazimento do ato administrativo.

GABARITO: LETRA D

4.(TJPI.CESPE.2012(05.02)À luz do disposto na Lei n.º 8.666/1993, assinale a opção correta com relação a licitação.

A Os casos de inexigibilidade de licitação, por representarem inviabilidade de competição e exceção ao princípio da licitação, estão exaustivamente arrolados na legislação federal, não podendo, portanto, ser ampliados pela administração pública.

B Em qualquer caso, os membros das comissões de licitação devem responder solidariamente pelos atos que praticarem.

C Sob pena de nulidade, a licitação de obras e serviços somente será possível quando, entre outras exigências, houver orçamento que detalhe a composição de seus custos unitários e projeto básico aprovado pela autoridade competente, disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

D É vedada a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do licitante ou do contratado.

E Para o resguardo da lisura e da isonomia entre os concorrentes, todos os atos do procedimento licitatório devem permanecer sigilosos até a fase de abertura das propostas.

GABARITO: LETRA C

5.(TJSE – CESPE – 2008) Em relação à Lei de Licitações, assinale a opção correta.

A A alienação de bens imóveis da administração depende de prévia licitação na modalidade tomada de preços.

B A alienação de bens imóveis de propriedade de empresas públicas depende de autorização legislativa.

C A alienação de bens imóveis públicos permite dispensa de licitação quando os imóveis forem destinados a programas habitacionais de interesse social.

D No âmbito da competência de editar normas específicas de licitação, os estados podem editar leis com hipóteses fáticas de dispensa de licitação.

E É dispensável licitação para contratação de artista para apresentação em festa de comemoração do aniversário da cidade.

GABARITO: LETRA C

6.(TJTO.CESPE.2007) O prefeito de um município de determinado estado pretende contratar uma sociedade de advogados para desempenhar as atividades de contencioso judicial geral e de consultoria geral do respectivo município. Com tal fim, abriu a licitação na modalidade de convite, para a qual não compareceram interessados. Assim, houve por bem contratar um escritório em função da sua notória especialidade. Acerca dessa licitação, assinale a opção correta.

A A legítima contratação na espécie poderia ser feita inicialmente com inexigibilidade de licitação, diante da notória especialização do contratado.

B Uma vez que na espécie houve licitação deserta, é possível a contratação do escritório com a dispensa de licitação.

C Na modalidade convite, não há a possibilidade de outros interessados se habilitarem e apresentarem a sua proposta.

D A contratação na espécie poderia ser feita legalmente na modalidade de pregão.

GABARITO: LETRA B

7.(TJBA – CESPE – 2005) Em um pregão, os participantes apresentaram propostas com os seguintes preços, para a prestação de determinado serviço comum:

licitante A – R\$ 10.000,00, licitante E – R\$ 11.000,00,

licitante B – R\$ 10.100,00, licitante F – R\$ 11.500,00,

licitante C – R\$ 10.500,00, licitante G – R\$ 12.000,00,

licitante D – R\$ 10.900,00, licitante H – R\$ 12.100,00.

O pregoeiro verificou que os licitantes B e G não haviam obedecido aos requisitos do instrumento convocatório, na elaboração das propostas. Nessas condições, o pregoeiro deverá passar à fase de lances verbais, da qual apenas os licitantes A, C, D e E terão o direito de participar, para, ao final, identificar o vencedor do pregão.

GABARITO: CERTA

8.(TJBA – CESPE – 2005) Uma das mais importantes inovações da vigente Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666, de 1993) foi a previsão expressa da possibilidade de invocação da *exceptio non adimpleti contractus* em favor do contratado particular, se bem que ela, como regra, não faculte ao contratado exigir da administração pública o cumprimento antecipado da prestação a ela correspondente.

GABARITO: CERTA

BENS PÚBLICOS

1.(TJAC – CESPE – 2007) Assinale a opção correta acerca de loteamento, zoneamento e direito de construir.

A Loteamento não se confunde com desmembramento. Ambos são formas de parcelamento do solo urbano, mas somente o segundo implica a abertura de novas vias de circulação e de logradouros públicos ou, ainda, o prolongamento, a modificação ou a ampliação das vias existentes.

B Servidões administrativas, que são instituídas por decisão judicial ou acordo, após publicação do devido decreto do chefe do Poder Executivo, em regra, incidem sobre bens imóveis e têm natureza jurídica de direito pessoal, não sendo necessário o registro imobiliário.

C A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e a do subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, ressalvadas as exceções previstas na Constituição e em leis especiais. No entanto, a lei federal autoriza o chamado direito de superfície, adotado pela idéia de solo criado, por meio do qual o proprietário pode, de forma onerosa ou não, transferir o direito de construir em favor de terceiro, de forma a satisfazer os interesses definidos pela política urbana.

D Se o imóvel urbano, com extensa área, for invadido por um número considerável de pessoas, de boa-fé e com posse ininterrupta por mais de 5 anos, havendo construção de obras e desenvolvimento de serviços, o juiz pode, em vez de determinar a reintegração de posse, determinar licitamente a desapropriação judicial da referida área, ficando a indenização a cargo do respectivo município.

GABARITO: LETRA C

2.(TJES. CESPE. 2011) No que concerne aos bens públicos, assinale a opção correta.

A A concessão de uso de bem público somente se pode configurar na modalidade temporária.

B A alienação de bens dominicais imóveis e móveis depende da observância de procedimento licitatório e de autorização legislativa.

C Determinado bem público pode ser desafetado tacitamente ou pelo não uso prolongado.

D A legislação não permite que o uso de bens públicos por particulares seja remunerado.

E A outorga para utilização privativa do bem público pelo particular, quando conferida sem prazo determinado, é revogável a qualquer tempo pela administração, sem direito do particular a indenização.

GABARITO: LETRA E

3.(TJPB – CESPE – 2011) Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

A Adota-se no Brasil a teoria clássica do domínio eminente para justificar ser o patrimônio do Estado constituído por bens do seu domínio efetivo e, indiretamente, pelos bens na posse de particulares.

B A imprescritibilidade dos bens públicos somente foi adotada a partir da vigência do Código Civil de 1916, razão pela qual era admissível, até aquela época, a aquisição de bens públicos por usucapião.

C No ordenamento jurídico pátrio, há um único regime jurídico aplicável a todos os bens públicos.

D Os bens públicos de uso especial destinam-se à utilização do Estado para fins econômicos que gerem alguma forma de renda para o erário.

E Não é possível penhorar bens públicos, com exceção dos que se classificam como dominicais.

GABARITO: LETRA B

4.(TJPI – CESPE – 2007) Em relação ao regime dos bens públicos, assinale a opção correta.

A É dispensada de licitação a alienação de bens públicos imóveis construídos ou destinados ou efetivamente utilizados, no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da Administração Pública especialmente criados para esse fim.

B A concessão de uso de bem público imóvel de uma entidade estatal a outra não dispensa o respectivo registro imobiliário público.

C O instituto da legitimação de posse não foi recepcionado pela CF, já que não se admite usucapião de bens públicos.

D Como regra, as terras devolutas constituem domínio da União.

E Nos termos do Código Civil, os bens das empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público serão públicos.

GABARITO: LETRA A

5.(TJPI.CESPE.2012(05.02) Acerca da classificação e da utilização de bens públicos, das limitações administrativas, do tombamento e da faixa de fronteira, assinale a opção correta.

A As limitações administrativas, como forma de restrição da propriedade privada, impõem ao Estado a obrigação de indenizar o proprietário pelo uso de imóvel particular.

B A autorização de uso é ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a administração consente, a título precário, que o particular utilize bem público, mas que não pode ser concedida de modo privativo.

C O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo, conforme a manifestação da vontade ou a eficácia do ato.

D São de domínio público e pertencentes à União as áreas localizadas na faixa de fronteira situada ao longo da linha terrestre demarcatória entre o território nacional e países estrangeiros, considerada fundamental para a defesa do território nacional.

E Consideram-se bens públicos apenas os que constituem o patrimônio da União, dos estados, do DF ou dos municípios, sendo eles objeto de direito pessoal ou real de cada uma das entidades federativas.

GABARITO: LETRA C

6.(TJSE – CESPE – 2008) A terra devoluta de propriedade da União é um bem público

A dominial.

B extraordinário.

C de uso especial.

D de uso comum.

E afetado ao uso da administração.

GABARITO: LETRA A

7. (TJTO.CESPE.2007) Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.

A As terras reservadas aos indígenas são bens dominiais e são consideradas bens públicos da União.

B Os recursos minerais do solo são de propriedade da União, propriedade essa que não se estende à lavra produzida pelas concessionárias que exploram essa atividade.

C Conforme entendimento do STJ, as contas públicas não podem ser objeto de bloqueio judicial para garantir o custeio de tratamento médico, já que a Constituição apenas ressalvou a hipótese de seqüestro de crédito de natureza alimentícia, conceito este que não abrange aquele custeio.

D A desafetação de bem público só pode ser feita por meio de lei.

GABARITO: LETRA B

8.(TJBA – CESPE – 2005) Em relação ao tombamento como meio de proteção dos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, é correto afirmar que ele não impede a alienação do bem onerado, conquanto gere direito de preempção em favor do poder público, que permite a reforma do bem, mediante certas condições, que gera efeitos também para vizinhos do bem e que, consoante a doutrina, tem natureza de servidão administrativa.

CERTA

ORGANIZAÇÃO

1.(TJAL.CESPE.2008) Assinale a opção correta em relação às entidades que compõem a administração indireta.

A As empresas públicas necessitam, para sua instituição, de autorização legislativa e da transcrição dos seus atos constitutivos no cartório competente.

B As sociedades de economia mista são criadas e instituídas por lei.

C É ilícita a transformação de uma autarquia em empresa pública.

D A extinção de uma autarquia é feita por decreto do chefe do Poder Executivo.

E O ente federativo que cria uma entidade paraestatal é solidariamente responsável pelas dívidas dessa nova empresa.

LETRA A

2.(TJES. CESPE. 2011) Assinale a opção correta acerca das OSs e da OSCIPs no âmbito da administração pública federal.

A As cooperativas que se dedicam à promoção da assistência social são passíveis de qualificação como OSCIP.

B Entre as cláusulas essenciais do termo de parceria firmado com a OSCIP previstas na legislação de regência, figura a prestação de garantia.

C Por ter a verba repassada pelo poder público à OSCIP natureza de preço ou remuneração, que passa a integrar seu patrimônio, bem imóvel por ela adquirido com recursos provenientes da celebração do termo de parceria não será gravado com cláusula de inalienabilidade.

D Os bens móveis públicos destinados às OS podem ser objeto de permuta por outros de igual ou maior valor, desde que os novos bens integrem o patrimônio da União.

E Sendo OS a qualificação jurídica conferida à pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e instituída por iniciativa de particulares, é vedada a participação de representantes do poder público em seu órgão de deliberação superior.

GABARITO: LETRA D

3.(TJPB – CESPE – 2011) Acerca da administração direta e indireta, assinale a opção correta.

A A agência executiva, nova categoria de pessoa administrativa com natureza jurídica distinta, caracteriza-se pela celebração de contrato de gestão com o ministério supervisor.

B As agências reguladoras, que controlam, em regra, a prestação de serviços públicos e de atividade econômica, somente podem ser criadas no âmbito federal.

C As empresas públicas, reguladas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), devem ter a forma jurídica de sociedades anônimas.

D Aos empregados submetidos ao regime de pessoal das sociedades de economia mista e sujeitos à obrigatoriedade do concurso público é garantida a estabilidade estatutária.

E O princípio da imunidade tributária relativa aos impostos sobre a renda, sobre o patrimônio e sobre os serviços federais, estaduais e municipais é extensivo às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, independentemente de estas possuírem personalidade de direito público ou de direito privado.

GABARITO: LETRA E

4.(TJPI.CESPE.2012(05.02) Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

A As autarquias são instituídas por lei, iniciando-se a sua existência legal com a inscrição, no registro próprio, de seu ato constitutivo.

B As empresas públicas, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público são beneficiárias do princípio da imunidade tributária, no que se refere aos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços federais, estaduais e municipais.

C As sociedades de economia mista podem revestir-se de qualquer forma admitida em direito, como, por exemplo, a de sociedade unipessoal ou pluripessoal.

D Caracterizadas pela CF como atividades essenciais ao funcionamento do Estado, as administrações tributárias da União, dos estados, do DF e dos municípios devem atuar de forma integrada, inclusive no que concerne ao compartilhamento de dados cadastrais e de informações fiscais, na forma de lei ou de convênio.

E O princípio da reserva legal, segundo o qual todas as entidades integrantes da administração indireta, independentemente da esfera federativa a que estejam vinculadas, devem ser instituídas por lei, aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, mas não às suas subsidiárias.

GABARITO: LETRA D

5.(TJSE – CESPE – 2008) Assinale a opção correta com referência à organização administrativa e às competências municipais.

A Os municípios poderão, por lei complementar, instituir regiões metropolitanas.

B Os municípios estão obrigados a incorporar aos seus servidores o mesmo regime jurídico dos servidores estaduais.

C O prefeito pode, mediante decreto, dispor sobre a extinção de cargos públicos vagos.

D A edição de lei municipal que disponha sobre o tempo de atendimento do consumidor em estabelecimento bancário invade a competência da União para legislar sobre direito bancário.

E Os vereadores receberão sempre subsídio equivalente a 75% do percebido por deputado estadual.

GABARITO: LETRA C

6.(TJTO.CESPE.2007) Acerca da organização da administração pública, assinale a opção correta.

A A administração direta abrange todos os órgãos do Poder Executivo, excluindo-se os órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo.

B As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica em regime de monopólio submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

C As autarquias profissionais de regime especial, como a Ordem dos Advogados do Brasil e as agências reguladoras, submetem-se ao controle do Tribunal de Contas da União.

D Enquanto a administração pública extroversa é finalística, dado que ela é atribuída especificamente a cada ente político, obedecendo a uma partilha constitucional de competências, a administração pública introversa é instrumental, visto que é atribuída genericamente a todos os entes, para que possam atingir aqueles objetivos.

GABARITO: LETRA D

7. (TJBA – CESPE – 2005) As fundações instituídas pelo poder público, tanto as que têm personalidade jurídica de direito público quanto as de direito privado, são criadas para a persecução de determinado interesse coletivo. Considerando que, por disposição constitucional, compete ao MP a tutela desses interesses, é indispensável a fiscalização do órgão sobre todos os atos desses entes, segundo reconhecem os estudiosos.

GABARITO: ERRADA

8. (TJBA – CESPE – 2005) Uma sociedade de economia mista ou empresa pública pode resultar da transformação, por lei, de um órgão público preexistente.

GABARITO: CERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

1.(TJPI – CESPE – 2007) Acerca do processo administrativo federal, assinale a opção correta.

A No âmbito do processo administrativo, não há previsão de defesa de interesses difusos ou coletivos.

B O direito fundamental à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação se estende ao processo administrativo por expressa determinação da CF.

C O ato que convalida ato anterior tem efeitos ex nunc.

D Os atos praticados em decorrência do reexame de ofício não precisam ser motivados, salvo quando importarem alteração da decisão administrativa.

E Em regra, os recursos administrativos possuem efeitos suspensivos.

GABARITO: LETRA B

2.(TJPI.CESPE.2012(05.02) Acerca da competência administrativa, da delegação e da ausência de competência, assinale a opção correta.

A O ato de delegação, assim como sua anulação, deve ser publicado em meio oficial, exceto no caso de revogação decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificá-la.

B Considera-se agente de fato aquele que pratica ato e executa atividades em situações excepcionais, como as de emergência, em colaboração com o poder público, excluindo-se dessa definição os chamados agentes putativos, que desempenham atividade pública na presunção de agir legitimamente, embora não tenham sido investidos conforme o procedimento legalmente exigido.

C Os órgãos administrativos e seus titulares podem delegar parte de sua competência a outros órgãos ou agentes, mesmo que não lhes sejam hierarquicamente subordinados, por conveniência de ordem técnica, social, econômica, jurídica ou territorial e desde que não haja impedimento legal.

D Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deve iniciar-se perante a autoridade de grau hierárquico mais elevado.

E A delegação é medida unilateral da autoridade delegante, que detém o poder de revogá-la a qualquer tempo. Entretanto, o ato que a formaliza não pode conter ressalvas ou restrições ao pleno exercício da atribuição delegada.

GABARITO: LETRA C

3.(TJPI.CESPE.2012(05.02) A respeito da disciplina referente ao processo administrativo, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.784/1999.

A Apenas os atos do processo que resultem, para o interessado, em imposição de sanções devem ser objeto de intimação, estando essa formalidade dispensada para os atos de outra natureza, pois se presume o dever do interessado em acompanhar todas as fases do processo.

B Como regra, a sindicância constitui condição prévia para a instauração do processo administrativo disciplinar.

C Na instrução do processo, a administração pública pode, quando a matéria envolver assunto de interesse geral, antes da decisão do pedido e desde que não haja prejuízo para a parte interessada, abrir consulta pública para que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos e apresentar alegações escritas.

D No recurso administrativo, o órgão competente pode decidir, confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, mas não pode essa análise implicar agravamento da situação do recorrente.

E A autoridade competente para decidir fica vinculada ao relatório e à capitulação proposta pelo órgão responsável pela instrução, estando, assim, impedida de aplicar penalidade mais severa do que a sugerida pela comissão processante.

GABARITO: LETRA C

4.(TJSE – CESPE – 2008) A absolvição criminal só afastará a perseguição no âmbito da administração no caso de

A ficar provada na ação penal a inexistência do fato ou a negativa de autoria.

B insuficiência de provas para demonstração da participação do servidor no ilícito.

C ocorrer prescrição da pretensão punitiva.

D ocorrer prescrição da pretensão executória.

E o Ministério Público propor a suspensão do processo no rito do juizado especial criminal.

GABARITO: LETRA A

5.(TJTO.CESPE.2007) Acerca do processo administrativo, assinale a opção correta.

A O processo administrativo em geral, no âmbito da União, pode ser instaurado de ofício ou por iniciativa dos interessados, entre os quais se incluem as pessoas e associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

B No âmbito da legislação fiscal da União, se, após a resposta à consulta, a administração alterar o entendimento nela expresso, a nova orientação poderá também atingir os fatos geradores que ocorram após ter sido dada ciência ao consulente ou após a sua publicação pela imprensa oficial.

C Por meio do recurso ou da revisão administrativa, não se admitirá como resultado o agravamento da situação do recorrente.

D Inicia-se para a fazenda o curso do prazo decadencial com a notificação da decisão final do processo administrativo fiscal.

GABARITO: LETRA A

6.(TJBA – CESPE – 2005) No controle administrativo dos atos da administração pública, a sistemática de recursos baseia-se no princípio de hierarquia que subjaz à estrutura dos órgãos e dos entes públicos. Isso significa que, com exceção dos recursos destinados à própria autoridade que haja produzido o ato, todos os demais devem ser dirigidos à autoridade hierarquicamente superior àquela.

GABARITO: ERRADA

7.(TJBA – CESPE – 2005) No processo administrativo disciplinar, não se aplica, com a mesma amplitude do direito penal, o princípio da tipicidade, o que implica a possibilidade de a autoridade administrativa aplicar sanção a conduta que não esteja minuciosamente descrita como ilícita na norma legal.

GABARITO: CERTA

AGENTES PÚBLICOS

1.(TJAC – CESPE – 2007) João é servidor público detentor de cargo efetivo na administração direta da União e tomou posse no seu primeiro e único cargo público em 2/1/1998. Laura, sua esposa, empregada pública de uma sociedade de economia mista do estado do Acre, está aposentada pelo regime geral, voluntariamente, desde maio de 2003, e recebia, na ativa, uma remuneração de R\$ 30.000,00. Tendo a situação hipotética acima como referência, assinale a opção correta com relação aos agentes públicos e aos precedentes dos tribunais superiores.

A O prazo do estágio probatório de João, que se esgotaria em 24 meses, foi automaticamente prorrogado para 1.º/1/2001, pelo advento da Emenda à Constituição n.º 20/1998, a qual fixou novo prazo para aquisição de estabilidade. Não há que se falar, na hipótese, em direito adquirido, pois houve mudança de regime jurídico.

B O ato de aposentadoria de Laura importou na rescisão automática do contrato de trabalho celetista, sendo necessário o seu imediato afastamento do seu emprego público, sob pena de violação da regra constitucional do concurso público.

C Os proventos de aposentadoria de Laura estão submetidos ao teto constitucional, mesmo que a empresa pública em que ela trabalhava não receba recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

D Na hipótese de João vir a ocupar um cargo de juiz de direito, será lícito que ele acumule esse cargo com apenas uma única atividade, pública ou particular, de professor.

GABARITO: LETRA C

2.(TJES. CESPE. 2011) No que diz respeito aos servidores públicos, assinale a opção correta à luz da legislação aplicável e da jurisprudência do STJ.

A O empregado de sociedade de economia mista não pode ser equiparado a funcionário público para fins penais.

B A autoridade administrativa não pode instaurar processo administrativo disciplinar para a apuração de falta cometida por servidor público e, simultaneamente, ajuizar ação de improbidade administrativa que tenha por objeto o mesmo fato.

C Na hipótese de aplicação de pena de demissão a servidor público submetido a processo administrativo disciplinar, o controle jurisdicional é amplo, no sentido de verificar se há motivação para o ato demissório.

D A legislação estabelece o direito de o servidor público federal afastar-se de suas atribuições, por prazo indeterminado e sem remuneração, para acompanhar cônjuge ou companheiro que tenha sido deslocado para outro ponto do território nacional, desde que este seja também servidor público.

E O servidor público federal tem direito a licença sem remuneração para desempenho de mandato em associação de classe de âmbito nacional, pelo período correspondente à duração do mandato, vedada prorrogação.

GABARITO: LETRA C

3.(TJPB – CESPE – 2011) No que concerne aos agentes públicos, assinale a opção correta.

A Os notários e os registradores são titulares de cargo público efetivo, exercem atividade estatal e são, de acordo com entendimento do STF, considerados servidores públicos.

B De acordo com o STF, o cargo de conselheiro do tribunal de contas, para efeitos da SV n.º 13, é de natureza política.

C É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em empresas públicas e sociedades de economia mista, que se submetem ao regime celetista de direito privado, no qual predomina a autonomia de vontades.

D A Lei n.º 9.962/2000, que disciplina o regime de emprego público, é aplicável apenas no âmbito da administração federal, não podendo ser utilizada pelos estados ou pelo DF, os quais, ao contratarem por esse regime, deverão obedecer ao disposto na Consolidação das Leis do Trabalho.

E A vedação imposta pela SV n.º 13 do STF é direcionada tanto aos cargos administrativos quanto aos cargos e funções políticas.

GABARITO: LETRA D

4.(TJSE – CESPE – 2008) Considerando as normas que dispõem sobre servidores públicos na CF, assinale a opção correta.

A A CF, em observância ao princípio da isonomia, veda a adoção de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria.

B O município pode determinar o pagamento do décimo terceiro salário de seus servidores estatutários no mês do respectivo aniversário.

C O médico pode cumular o cargo de médico da prefeitura com o de professor de língua portuguesa na rede estadual de ensino, contanto que haja compatibilidade de horários.

D O servidor investido no mandato de prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

E O regime de previdência do setor público tem como beneficiário as pessoas ocupantes exclusivamente de cargo comissionado.

GABARITO: LETRA B

5. (TJTO.CESPE.2007) Maria, Sônia, João e Paulo foram aprovados em concurso público para provimento de 7 vagas de analista judiciário no tribunal de justiça de determinado estado da Federação, cujo edital, com base em lei estadual, previa que 20% das vagas seriam destinadas aos deficientes físicos. Maria foi classificada em 6.º lugar e Sônia, em 1.º lugar, entre os aprovados às vagas destinadas aos não-deficientes. João e Paulo classificaram-se em 1.º e 2.º lugar, respectivamente, entre as vagas destinadas aos deficientes. A respeito da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base no tratamento constitucional destinado aos servidores públicos.

A Conforme entendimento do STJ, João deve ser nomeado somente depois de nomeados os candidatos aprovados para as vagas destinadas aos não-deficientes.

B Conforme entendimento do STF, Maria não terá direito à sua nomeação, já que devem ser duas as vagas destinadas aos deficientes físicos e somente cinco destinadas aos não-deficientes.

C A deficiência física de João e Paulo pode ser comprovada com atestado médico particular, o qual não poderá ser impugnado após a posse.

D Conforme entendimento do STJ, sendo o ato de nomeação um ato discricionário, Sônia não teria direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa de direito, caso a administração resolvesse não contratar nenhum dos candidatos aprovados.

GABARITO: LETRA B

6.(TJBA – CESPE – 2005) Considere a seguinte situação hipotética. O Ministério Público da Bahia ajuizou ação civil pública em face de um município e de um professor aposentado do município. Este se aposentara em 1999 e, no ano seguinte, foi nomeado para o cargo de médico da rede municipal, em virtude de aprovação em concurso público. O fundamento da ação foi o de ser vedada a acumulação de proventos da aposentadoria com a remuneração do novo cargo. Nessa situação, a ação deveria ser extinta sem julgamento de mérito, uma vez que não compete ao Ministério Público ajuizar ações para defesa das finanças municipais, em lugar do próprio município; se superada essa preliminar, o pedido deveria ser julgado procedente, porquanto a acumulação, no caso, era juridicamente inválida.

GABARITO: ERRADA

7.(TJBA – CESPE – 2005) Considere a seguinte situação hipotética. Marcelo era servidor público estadual da administração direta e foi eleito vereador por um município baiano. Como havia compatibilidade entre o horário de trabalho dele e o exercício da vereança, o município passou a pagar-lhe, cumulativamente com os vencimentos do cargo efetivo, as vantagens do cargo de vereador. Um cidadão ajuizou ação popular contra esse pagamento cumulativo, alegando ilegalidade e lesividade desses atos. Nessa situação, o pedido da ação deveria ser julgado improcedente.

GABARITO: CERTA

CONTRATOS

1.(TJAL.CESPE.2008) Medidas de ordem geral não-relacionadas diretamente com o contrato, mas que nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado, é um instituto aplicado aos contratos administrativos definido como

A fato da administração.

B força maior.

C caso fortuito.

D exceptio non adimpleti contractus.

E fato do príncipe.
GAABRITO: LETRA E

2.(TJAL.CESPE.2008) Com relação aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

A Os contratos administrativos são caracterizados por sua imutabilidade.

B Segundo a lei pertinente, os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente pela administração, quando necessária, por imposição de circunstâncias supervenientes, a modificação da forma de pagamento, mantido o valor inicial atualizado.

C Os contratos administrativos poderão ser legalmente alterados unilateralmente pela administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

D Os contratos administrativos são caracterizados pela impessoalidade, sendo irrelevantes as condições pessoais do contratado.

E As cláusulas contratuais do contrato administrativo devem ser elaboradas de comum acordo pelas partes.

GABARITO: LETRA C

3.(TJES. CESPE. 2011) No que concerne aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

A A cobrança da multa imposta pela administração pública na hipótese de inexecução total ou parcial pode dar-se mediante a retenção da garantia, sendo-lhe vedado, contudo, deduzir o valor da multa das importâncias devidas ao contratado.

B De acordo com a legislação, a rescisão unilateral do contrato pela administração pública em razão de interesse público confere ao contratado direito ao ressarcimento dos prejuízos, à devolução da garantia e aos pagamentos atrasados, mas não ao pagamento do custo de desmobilização.

C De acordo com cláusula exorbitante prevista na legislação, a administração pública pode alterar unilateralmente a natureza do contrato no que diz respeito a seu objeto.

D Nos contratos de parceria público-privada, a garantia constitui cláusula exorbitante, como nos demais contratos administrativos.

E Segundo entendimento do STJ, o ato administrativo de prorrogação, sem licitação, do contrato de concessão de serviço público protraí seus efeitos, de modo que o termo inicial da prescrição de nulidade do ato ocorre com o encerramento do próprio contrato.

GABARITO: LETRA E

4.(TJPI – CESPE – 2007) A extinção do contrato administrativo de concessão pela retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, denomina-se apropriadamente

A caducidade

B rescisão.

C anulação.

D encampação.

E reversão.

GABARITO: LETRA D

5. (TJSE – CESPE – 2008) Em relação aos contratos administrativos, de acordo com a Lei n.º 8.666/1993, assinale a opção correta.

A A circunstância de uma das partes ser a administração já caracteriza o contrato como sendo administrativo.

B Não se admite contrato administrativo verbal entre a administração e o particular.

C A substituição da garantia da execução do contrato administrativo exige aquiescência da administração e concordância do contratado.

D A decretação de falência da empresa contratada não é motivo para rescisão do contrato administrativo.

E A ocorrência de caso fortuito impeditiva de execução do contrato, sem culpa do contratado, possibilita à administração deixar de lhe pagar o custo da desmobilização.

GABARITO: LETRA C

6.(TJTO.CESPE.2007) Acerca dos contratos administrativos, assinale a opção incorreta.

A Nos contratos de concessão e permissão de serviço público, ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

B O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do

contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

C O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento é motivo para imposição de penalidade, mas não para rescisão do contrato.

D Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, nos contratos regidos exclusivamente pela Lei n.º 8.666/1993.

GABARITO: LETRA C

SERVIÇOS PÚBLICOS

1.(TJPI.CESPE.2012(05.02) Em relação a serviços públicos, concessão de serviços públicos e desapropriação, assinale a opção correta.

A É prevista, na CF, para o serviço postal e o correio aéreo nacional, complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, razão pela qual o Estado, embora obrigado a prestar tais serviços, pode oferecê-los em concessão, permissão ou autorização.

B Por serem prestados a grupos indeterminados de indivíduos, os serviços de energia domiciliar e os de uso de linha telefônica são considerados serviços *uti universi*.

C A modalidade de licitação própria das concessões de serviço público é a concorrência, que deve ser obrigatoriamente observada pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios.

D Extinta a concessão, retornam ao poder concedente, de forma gratuita, todos os bens reversíveis utilizados pelo concessionário para a execução do serviço.

E A União pode desapropriar bens dos estados, do DF e dos municípios, tendo os estados e os municípios, por sua vez, o poder de desapropriar bens entre si, mas não bens da União.

GABARITO: LETRA C

2.(TJTO.CESPE.2007) Acerca das parcerias na administração pública, assinale a opção correta.

A Por meio da terceirização de mão-de-obra, o Estado pode transferir a atividade-fim para que os particulares a desempenhem em um regime de direito privado.

B Uma das diferenças entre a parceria público-privada e a concessão de serviço público refere-se à forma de remuneração, já que naquela haverá necessariamente

contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

C Os consórcios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.

D O contrato de concessão se iguala ao de franquia, dada pela administração, já que em ambas se transfere a execução do serviço público, conservando-se a sua titularidade. Eles se diferenciam, porém, na medida em que somente no contrato

de concessão, e não no de franquia, pode haver rescisão unilateral.

GABARITO: LETRA B

3.(TJTO.CESPE.2007) José, residente em Palmas – TO, não pagou a fatura de energia elétrica de sua residência relativamente ao mês de abril de 2007. Nessa mesma conta, foi cobrada a contribuição de iluminação pública. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca dos serviços públicos.

A Conforme entendimento do STJ, a concessionária não pode suspender o fornecimento de energia elétrica, em face do princípio da continuidade do serviço público.

B Não se exige que José seja notificado da ausência de pagamento para que haja o corte de energia elétrica.

C O serviço de fornecimento de energia elétrica a José se caracteriza como impróprio e individual.

D A tarifa e a contribuição de iluminação pública têm natureza tributária.

GABARITO: LETRA C

4.(TJTO.CESPE.2007) Acerca das parcerias público-privadas, assinale a opção incorreta.

A A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência.

B A contraprestação da administração pública, se prevista em contrato, poderá prever o pagamento de remuneração variável, vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

C A sociedade de propósito específico, que poderá assumir a forma de companhia aberta, deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, ficando vedado à administração pública ser titular da maioria do seu capital votante, salvo aquisição por instituição financeira controlada pelo poder público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

D Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços no qual a administração pública é usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

GABARITO: LETRA D

5.(TJBA – CESPE – 2005) Durante a execução do contrato de concessão de serviço público, se o poder concedente constatar que houve nulidade na licitação ou na formação do contrato ou, ainda, se verificar que o concessionário não está cumprindo as condições do contrato e da lei na prestação do serviço, caberá a encampação do contrato por parte do concedente, após facultado ao concessionário o exercício da ampla defesa.

GABARITO: ERRADA

6. (TJBA – CESPE – 2005) De acordo com a classificação dos serviços públicos quanto ao objeto, a intervenção estatal na atividade econômica, quando necessária à satisfação de relevante interesse público ou de imperativos de segurança nacional, corresponde aos chamados serviços administrativos.

GABARITO: ERRADA

REGIME JURIDICO

1.(TJPB – CESPE – 2011) Acerca dos princípios que regem a administração pública, assinale a opção correta.

A De acordo com precedente histórico do STF, é possível, sem ofensa ao princípio da indisponibilidade do interesse público, a União firmar compromisso arbitral, mesmo em situação excepcional, desde que relativamente a direitos patrimoniais do Estado.

B Consoante a jurisprudência do STF, é possível a arguição do princípio da isonomia como fundamento de pedido de servidor público, pretendendo benefício ilegalmente concedido a outros servidores.

C De acordo com o STF, atende à razoabilidade e aos princípios previstos no art. 37, caput, da CF norma estadual que determine a

obrigatoriedade de o custo da publicidade constar dos comunicados oficiais.

D Conforme decisão do STF, é prescindível a edição de lei que fixe a idade limite para o ingresso nas forças armadas, de modo que não ofende o princípio da legalidade norma, nesse sentido, estipulada somente em edital de concurso da administração pública.

E Ainda que muito discutido na doutrina brasileira, o princípio da proteção à confiança legítima do administrado não é adotado pelo STF, que privilegia o princípio da legalidade.

GABARITO: LETRA A

2.(TJBA – CESPE – 2005) Por força do princípio constitucional da legalidade, que vincula de maneira estrita a administração pública, os agentes públicos não podem interferir com sua vontade e sua avaliação subjetiva na prática dos atos administrativos.

GABARITO: ERRADA

3.(TJBA – CESPE – 2005) O princípio da proporcionalidade é hoje amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras como um dos que regem a atividade administrativa, conquanto remanesça como princípio implícito no ordenamento jurídico positivo do país.

GABARITO: ERRADA

4.(TJBA – CESPE – 2005) Como decorrência do princípio constitucional da publicidade, a Constituição de 1988 assegura a qualquer cidadão obter certidão para a defesa de direito e para o esclarecimento de situação de interesse pessoal. No caso, porém, de o cidadão desejar a defesa de interesse coletivo ou difuso, não terá direito à certidão, mas, sim, o direito de representação ao Ministério Público para que este, como representante da sociedade em juízo, providencie os elementos necessários àquela defesa e promova as ações adequadas, se for o caso.

GABARITO: ERRADA

5.(TJBA – CESPE – 2005) A moralidade administrativa possui conteúdo específico, que não coincide, necessariamente, com a moral comum da sociedade, em determinado momento histórico; não obstante, determinados comportamentos administrativos ofensivos à moral comum podem ensejar a invalidação do ato, por afronta concomitante à moralidade administrativa.

GABARITO: CERTA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1.(TJAC – CESPE – 2007) Por ter praticado ato de improbidade administrativa, conforme a Lei n.º 8.429/1992, uma funcionária foi demitida administrativamente de seu cargo público efetivo estadual, e a respectiva portaria foi publicada em 2/5/1997. Inconformada, a funcionária ingressou com ação judicial visando invalidar o ato de demissão.

Considerando a situação hipotética abordada no texto, assinale a opção correta acerca do ato administrativo.

A Se restar demonstrado, no processo judicial, que o ato de improbidade em tela não existiu, o ato administrativo de demissão deve ser revogado, por força da aplicação da teoria dos motivos determinantes.

B Como a autoridade administrativa pode aplicar as penalidades previstas na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, a sentença judicial, conforme jurisprudência do STF, deve julgar improcedente o pedido de nulidade do ato por vício de competência.

C O ato de demissão é classificado como administrativo complexo, uma vez que demanda da vontade de dois órgãos distintos: da comissão de processo administrativo disciplinar e da autoridade administrativa competente para aplicar a punição.

D A ação judicial em tela deve ser proposta no prazo máximo de 5 anos, a contar da publicação do ato, sob pena de prescrição, por força do decreto n.º 20.910/1932.

GABARITO: LETRA D

(TJAL.CESPE.2008) Texto para as questões 2 e 3

Servidor público da prefeitura de determinada cidade do interior dispensou procedimento licitatório, fora das hipóteses legais, para contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza e conservação. Em decorrência desse fato, o MP ajuizou ação de improbidade administrativa contra o servidor, imputandolhe conduta prevista no art. 10, inciso VIII, da Lei n.º 8.429/1993. Esse artigo expressa diretamente que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades

referidas no art. 1.º da Lei de Improbidade, e, notadamente, frustração da licitude de processo licitatório ou sua dispensa indevida.

2.(TJAL.CESPE.2008) Considerando a situação hipotética descrita no texto, nos termos da Lei de Improbidade, caso esse servidor seja condenado, a pena a ser imposta a ele é a de

- A suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- B proibição de contratar com o poder público, pelo prazo de dez anos.
- C declaração de inidoneidade pelo prazo de cinco anos.
- D pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.
- E aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais.

GABARITO: LETRA D

3.(TJAL.CESPE.2008) Ainda com relação à situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta acerca de improbidade administrativa.

- A Com o objetivo de extinguir a ação de improbidade, o MP pode firmar termo de ajustamento de conduta com o servidor, desde que este indenize a administração pública pelos prejuízos causados.
- B A ação de improbidade administrativa poderia ter sido ajuizada pelo próprio município interessado.
- C Na situação considerada, não caberá recurso da decisão que receber a petição inicial.
- D Caso o MP não tivesse ajuizado a ação, qualquer cidadão poderia tê-lo feito.
- E A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

GABARITO: LETRA B

4.(TJTO.CESPE.2007) A Constituição de determinado estado da Federação atribuiu ao respectivo tribunal de justiça a competência para processar e julgar os atos de improbidade dos procuradores do estado. Lúcia, procuradora desse estado, encontra-se respondendo a processo de improbidade. Com base nessa situação hipotética e nos precedentes do STF, assinale a opção correta acerca da improbidade administrativa e do processo administrativo disciplinar.

A O Poder Executivo estadual não tem competência para aplicar administrativamente as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa federal.

B É inconstitucional a norma da Constituição estadual, pois somente a União tem competência para legislar, por meio de lei federal, sobre competência em matéria de improbidade administrativa.

C Se Lúcia for diplomada em cargo eletivo federal, os autos deverão ser encaminhados ao STF.

D A natureza jurídica da ação de improbidade é penal.

GABARITO: LETRA A

5.(TJBA – CESPE – 2005) A tipificação na lei dos atos de improbidade administrativa repousa sobre o binômio ofensa à moralidade—lesão ao patrimônio público, de tal sorte que, na falta de um desses fatores, não se caracterizará o ato ímprobo.

GABARITO: ERRADA

PODERES

1.(TJPB – CESPE – 2011) No que concerne aos poderes da administração, assinale a opção correta.

A O STF emitiu decisão favorável à delegação do poder de polícia, mediante edição de lei, a pessoa jurídica de direito privado.

B Forma de conferir liberdade ao administrador público, o poder discricionário permite que a autoridade, mediante os critérios de conveniência e oportunidade, opte pela ação que melhor propicie a consecução do interesse público, atuação que se sobrepõe aos limites da lei.

C O poder regulamentar permite que o ato normativo derivado inove e aumente os direitos e obrigações previstos no ato de natureza primária que o autoriza, desde que tenha por objetivo o cumprimento das determinações legais.

D Segundo o STF, é inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre concorrência, lei municipal que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

E O poder de polícia no ordenamento jurídico brasileiro é tratado, exclusivamente, no âmbito infraconstitucional.

GABARITO: LETRA D

2.(TJPI – CESPE – 2007) A respeito da administração pública, assinale a opção correta.

A O poder regulador insere-se no conceito formal de administração pública.

B A jurisprudência e a doutrina majoritária admitem a coisa julgada administrativa, o que impede a reapreciação administrativa da matéria decidida, mesmo na hipótese de ilegalidade.

C O princípio do processo judicial que veda a reformatio in pejus não se aplica ao processo administrativo.

D O poder normativo, no âmbito da administração pública, é privativo do chefe do Poder Executivo.

E Conforme entendimento do STF, o poder de polícia pode ser exercido pela iniciativa privada.

GABARITO: LETRA C

3.(TJBA – CESPE – 2005) O Estado somente pode punir agente público (em sentido lato) nas estruturas estatais baseadas na hierarquia entre a autoridade competente para aplicar a punição e os agentes a ela sujeitos, hierarquia que deve abranger, sobretudo, o exercício das funções desses agentes.

GABARITO: ERRADA

4.(TJBA – CESPE – 2005) Em sentido amplo, é juridicamente correto afirmar que o exercício do poder de polícia está associado à atividade do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

GABARITO: CERTA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.(TJAC – CESPE – 2007) Por ter praticado ato de improbidade administrativa, conforme a Lei n.º 8.429/1992, uma funcionária foi demitida administrativamente de seu cargo público efetivo estadual, e a respectiva portaria foi publicada em 2/5/1997. Inconformada, a funcionária ingressou com ação judicial visando invalidar o ato de demissão. Ainda considerando a situação hipotética abordada no texto, assinale a opção correta quanto ao controle da administração pública.

A Na hipótese em apreço, a medida judicial mais apropriada para impugnar o ato de demissão da funcionária, independentemente do fundamento do pedido, seria o mandado de segurança, o qual deveria ser impetrado no prazo decadencial de 120 dias, a contar da data de publicação do ato de demissão.

B Por força de expressa disposição constitucional, compete ao tribunal de contas, para fins de registro e apreciação da legalidade, o

procedimento de análise e julgamento dos atos de demissão de servidores públicos.

C O ato administrativo de demissão de servidor compete à autoridade máxima de cada poder. Essa competência, que pode ser delegada, decorre do poder hierárquico.

D Por força da decadência prevista exclusivamente na lei do processo administrativo federal, que se estende automaticamente ao âmbito estadual, o ato administrativo em tela poderia ser anulado pela própria administração até 2/5/2002, caso fosse identificado vício de ilegalidade, salvo existência de má-fé.

GABARITO: LETRA C

2.(TJPI.CESPE.2012(05.02) A respeito do controle da administração e da prescrição na administração pública federal, assinale a opção correta.

A As normas a respeito de fiscalização contábil, financeira e orçamentária previstas na CF aplicam-se à esfera federal, mas não aos estados, ao DF e aos municípios, pois estes podem, no exercício de sua autonomia político-legislativa, estabelecer normas próprias acerca da organização das suas cortes de contas.

B A legislação estabelece prazo peremptório de dez anos para a administração pública anular seus próprios atos quando deles decorram efeitos favoráveis para os administrados.

C A ação punitiva da administração pública, no exercício do poder de polícia, com o propósito de apurar infração à legislação, prescreve em cinco anos.

D O Poder Legislativo exerce controle político sobre os atos ligados à função administrativa e de organização do Poder Executivo, mas não sobre os atos praticados no âmbito do Poder Judiciário.

E O controle judicial sobre os atos da administração, além de ser exclusivamente de legalidade, é sempre a posteriori, pois o Poder Judiciário somente pode atuar depois da produção desses atos e de seu ingresso no mundo jurídico.

GABARITO: LETRA C

3.(TJSE – CESPE – 2008) Assinale a opção correta acerca do Tribunal de Contas.

A O juiz de direito de Sergipe tem competência para julgar ação pelo rito ordinário proposta para anular decisão do TCE/SE, na medida em que esta tem natureza jurídica de ato administrativo.

B O TC, dentro do poder geral de cautela, tem competência para determinar a quebra de sigilo bancário do administrador público ordenador de despesa.

C Os nomeados para cargos de secretários de estado devem ter a legalidade de sua nomeação apreciada, para fins de registro, no TC do respectivo estado.

D As decisões do TC que imputem multa têm natureza de título executivo judicial.

E O TCU pode indicar um de seus ministros para ter assento no Conselho Nacional da Magistratura.

GABARITO: LETRA A

OUTROS ASSUNTOS

(TJTO.CESPE.2007) Acerca da Lei n.º 8.884/1994 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção incorreta.

A Compete à Secretaria de Direito Econômico remeter ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, para julgamento, os processos que instaurar, quando entender configurada infração da ordem econômica.

B A recusa de venda de bens ou de prestação de serviços, dentro das condições de pagamento normais aos usos e costumes comerciais, caracteriza infração à ordem econômica.

C Para os fins da LRF, considera-se empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação, e empresa estatal dependente a empresa controlada que receba do controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

D A certidão emitida pelo tribunal de contas, em favor do município, não é requisito para a liberação de recursos financeiros relativos a convênio celebrado entre a municipalidade e o Estado com o objetivo de auxiliar financeiramente a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental público.

GABARITO: LETRA B

QUESTÕES DO TJGO.FCC.2009

Analise o seguinte trecho extraído de ementa de acórdão do Supremo Tribunal Federal:

"1. Diversamente dos textos constitucionais anteriores, na Constituição de 1988 – à vista da cláusula final de abertura do art. 52, III –, são válidas as normas legais, federais ou locais, que subordinam a nomeação dos dirigentes de autarquias ou fundações públicas à prévia aprovação do Senado Federal ou da Assembléia Legislativa: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. 2. Carece, pois, de plausibilidade a argüição de inconstitucionalidade, no caso, do condicionamento à aprovação prévia da Assembléia Legislativa da investidura dos conselheiros da agência reguladora questionada. 3. Diversamente, é inquestionável a relevância da alegação de incompatibilidade com o princípio fundamental da separação e independência dos poderes, sob o regime presidencialista, do art. 8º das leis locais, que outorga à Assembléia Legislativa o poder de destituição dos conselheiros da agência reguladora autárquica, antes do final do período da sua nomeação a termo. 4. A investidura a termo – não impugnada e plenamente compatível com a natureza das funções das agências reguladoras – é, porém, incompatível com a demissão ad nutum pelo Poder Executivo: por isso, para conciliá-la com a suspensão cautelar da única forma de demissão prevista na lei – ou seja, a destituição por decisão da Assembléia Legislativa –, impõe-se explicitar que se suspende a eficácia do art. 8º dos diplomas estaduais referidos, sem prejuízo das restrições à demissibilidade dos conselheiros da agência sem justo motivo, pelo Governador do Estado, ou da superveniência de diferente legislação válida."

Cabe, pois, concluir que o Supremo Tribunal entendeu

(A) que, face ao sistema presidencialista, é incompatível com a Constituição Federal suprimir-se a possibilidade de que o Governador do Estado possa, *ad nutum*, demitir dirigentes de autarquias estaduais, ainda que se tratando de agências reguladoras.

(B) ser constitucional a possibilidade de destituição, sem justo motivo, de dirigentes de agência reguladora estadual, por decisão do Poder Legislativo, em nome do princípio da legalidade, razão pela qual tal destituição não pode se dar por decisão apenas do Poder Executivo.

(C) não poder haver ingerência do Poder Legislativo sobre a nomeação ou destituição de dirigentes de agências reguladoras, de natureza autárquica, em nome do princípio da separação dos poderes.

(D) que a investidura a termo dos conselheiros da agência reguladora é medida dotada de constitucionalidade, não sendo possível, no contexto do caso julgado, nem ao Governador do Estado destituí-los, sem justo motivo, antes de findo o prazo de investidura.

(E) que a falta de manifestação da Assembleia Legislativa quanto à nomeação de dirigentes de autarquia estadual pode ser suprida pela manifestação do Senado Federal.

GABARITO: LETRA D

94. Considere as seguintes afirmações:

I. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

II. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato.

III. A nulidade do contrato administrativo não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Corresponde a regras contidas na Lei federal no 8.666/93, em matéria de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I e II, apenas.

GABARITO: LETRA A

95. Segundo enunciado da Súmula no 340, do Supremo Tribunal Federal, aprovada em 13/12/63, "desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião". Esse entendimento

(A) comporta exceção, prevista expressamente na Constituição de 1988, no caso dos bens dominicais, desafetados há mais de 5 anos.

(B) permanece válido face à Constituição de 1988, que expressamente veda a aquisição por usucapião de

imóveis públicos urbanos e rurais, bem como face ao novo Código Civil, que afirma não estarem os bens públicos sujeitos a usucapião.

(C) comporta exceção, prevista expressamente na Constituição de 1988, no caso das terras devolutas destinadas à reforma agrária.

(D) permanece válido face à Constituição de 1988, bem como face ao novo Código Civil, em que pese tais normas não contenham dispositivos expressos sobre a matéria.

(E) comporta exceção, no que diz respeito a imóvel público urbano, de até 250m², destinado à moradia de quem o possui ininterruptamente há pelo menos 5 anos, desde que não seja proprietário de outro imóvel.

Gabarito: letra B

96. Considere as seguintes assertivas, relativas ao Direito brasileiro vigente:

- I. Já houve caso em que, por decreto, alterou-se o texto de lei.
- II. Há hipótese constitucional em que eventualmente a suspensão de execução de ato ensejador de intervenção federal ou estadual pode ser determinada pelo decreto interventivo.
- III. É corrente a expedição de decretos ainda que não para dar específica execução a dispositivo de lei.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Gabarito: Letra A